

a Dilma, só o PT deu um aumento maior na taxa do Enem. Ela subiu de 30 para 63. Só o PT deu um aumento maior, só esse aumento que foi maior, o resto foi aumento recursal.

Então, senhor presidente, vamos fazer mais um esforço, o esforço do líder do Governo, Cauê Macris, o esforço de V. Exa., para agilizar a vida do nosso Tribunal de Justiça. E que o Tribunal de Justiça vá em cima dos cartórios de notas, de Justiça e de protesto. Eles estão cada dia mais ricos, o Estado e o Tribunal de Justiça estão cada dia mais pobres e os funcionários trazem cada vez mais pessoas aqui, para apelar.

Se não for a prefeitura emprestar assistente social, psicólogo, todo tipo de serviço, não há andamento nas varas da infância e da juventude. Estamos aqui nos sacrificando, mas esperando o retorno do Tribunal de Justiça, em especial aos funcionários e aos novos contratados.

O SR. RAUL MARCELO - PSOL - Sr. Presidente, peça a palavra para encaminhar a votação pela liderança do PSOL.

O SR. PRESIDENTE - FERNANDO CAPEZ - PSDB - Para encaminhar a votação pela liderança do PSOL, tem a palavra o nobre deputado Raul Marcelo.

O SR. RAUL MARCELO - PSOL - SEM REVISÃO DO ORADOR - Sr. Presidente, Sras. Deputadas, Srs. Deputados, telespectadores da TV Assembleia, talvez não seja prudente nossa intervenção na tribuna, pois as pessoas que acompanham a sessão já perceberam que não se estabeleceu uma maioria para a aprovação do projeto na primeira votação, então estamos entrando agora em outro regime de votação.

Este parlamentar continua até em dúvida se, de fato, vamos ter, a partir de todas as falas, uma nova maioria para aprovar o projeto. Mas a discussão é tão importante que quero correr o risco, para que a versão que fique não seja a versão final das falas.

Sr. Presidente, chegamos a uma situação em que, analisada somente a partir do fim da caminhada, de fato, não há mais saída. Se nós não levarmos em consideração o ambiente geral e a floresta, se analisarmos somente a árvore, qualquer pessoa dirá que não há outra alternativa.

Afinal, qual é a situação concreta hoje? É a de que temos vários projetos tramitando nesta Casa - o 56, o 06 e o 49 - os quais demandam um volume de recursos. O Projeto nº 06 demanda por volta de 40 a 45 milhões de reais, já com a diminuição substancial de 30%. O 56 e o 49 também demandam um volume grande de recursos.

Se tomarmos a situação a partir dessa análise, podemos argumentar que, para a aprovação desses três projetos, é necessária a majoração das custas processuais. Sr. Presidente, o problema é que precisamos analisar o todo. Não dá para fazer uma discussão como essa. É muito importante esse debate.

Aquele cidadão que procura um advogado para entrar com uma ação de readmissão pode perder o direito de apelação. O juiz de primeiro grau analisou a situação, deu uma decisão monocrática, passível de recurso de apelação. Muitas vezes, o juiz de primeiro grau erra. Ele é um ser humano, portanto o recurso é fundamental, é um direito adquirido.

Esse cidadão pode perder esse direito, porque a majoração das custas irá deixar mais cara a apelação. As custas que poderiam ser de mil ou dois mil ficarão em cinco mil. De cinco o valor irá virar dez, que virá mil 20 e 40. Já é difícil pagar os honorários advocatícios. Com o aumento das custas, ficará ainda mais difícil.

Portanto, não estamos discutindo qualquer questão. Na minha avaliação, os advogados, inclusive os advogados públicos, e o próprio Ministério Público podem questionar essa questão da majoração das custas com o argumento de que ela irá impedir o direito ao duplo grau de jurisdição dos mais pobres.

O cidadão que teve uma decisão monocrática questionável não terá condições de pagar as custas. Sobre esse tema cabe até uma análise jurídica. Nós sabemos que existe a Defensoria Pública. Conheço a Defensoria Pública de Sorocaba, mas é só ir a seu prédio para ver aquela “filona”, formada por pessoas com os pés descalços. A fila dá voltas no quarteirão da Defensoria Pública de Sorocaba.

Peço aos deputados que vão às defensorias públicas de suas cidades, especialmente na segunda-feira de manhã. Esse é o dia em que há muitas filas para se tentar o acesso a um advogado público. É verdade que também há uma lista da OAB, mas ela não é reajustada. Os advogados fazem filantropia. Afinal, o valor que o Governo paga a um advogado é muito baixo.

Muitas vezes a única opção é pagar por um advogado. Às vezes, o cidadão hipoteca a casa, vende o carro e usa o FGTS para demandar uma ação e reivindicar um direito. As custas irão ficar mais caras com este projeto que estamos votando hoje. Sr. Presidente, não é qualquer questão.

Por isso, acredito que devemos fazer uma análise do todo. Eu concordo com o deputado Barros Munhoz. Nós iremos procurar o caminho mais fácil, que é a majoração das custas. Quem disse que, amanhã ou no próximo ano, não teremos novas demandas no Judiciário.

Analisando o crescimento vegetativo, que é o crescimento natural dos gastos do Poder Judiciário, verificamos que há os servidores que têm direito à verticalização na profissão, porque fizeram concurso público e existem recursos para isso. Se analisarmos os gastos do Tribunal de Justiça e os recursos que o Governo despende com o Tribunal de Justiça, vamos perceber que o descompasso é tão grande, as curvas do gráfico são tão díspares, que esse problema tende a voltar para Assembleia Legislativa no ano que vem. Se não voltar no ano que vem, vai voltar daqui a dois anos.

Vejam o descompasso. Não sou eu quem está dizendo, foi o presidente do Tribunal de Justiça que escreveu um artigo sobre isso. O Orçamento do estado de São Paulo cresceu, nos últimos sete anos, 97 por cento. O Orçamento do Tribunal de Justiça cresceu 54 por cento. Há um descompasso entre o Orçamento do Estado e o orçamento do Tribunal de Justiça.

E não se trata apenas do descompasso, há também uma diferença: os tribunais de Justiça do Brasil recebem, em média, 6% da receita corrente líquida. O Tribunal de Justiça de São Paulo recebe menos de três por cento. Volume de processos: 25 milhões de processos, de acordo com dados oficiais. São 55 mil servidores e 2.500 magistrados. O volume é imenso e o Estado é o maior demandante de processos. Segundo o STF, o Poder Executivo está envolvido em 60 ou 70% das ações. São precatórios que não foram pagos, ações de servidores públicos... O Governo fica demandando essas ações.

Portanto, o próprio Governo é o responsável. Não estamos resolvendo o problema do nascedouro, da demora e da morosidade da Justiça de São Paulo, que são as ações judiciais que o próprio Governo demanda; não estamos resolvendo o problema estrutural, que é a disparidade entre o crescimento da arrecadação do Governo de São Paulo e o crescimento da arrecadação do Tribunal de Justiça; e não estamos resolvendo um problema que vários estados do Brasil já resolveram, que é o volume de recursos entregue ao Tribunal de Justiça. Em São Paulo, são menos de três por cento.

Então, não estamos resolvendo nenhum problema estrutural. As bases, o alicerce, as fundações do Tribunal de Justiça não se sustentam. Vamos votar o projeto das custas hoje, com possibilidade de aprovação, mas as demandas por mais servidores e por melhores salários - não para os juizes, mas para a base da pirâmide do tribunal - vão continuar.

Ano que vem, a Assembleia Legislativa estará novamente diante dessa situação. De um lado, pressão dos servidores públicos, pressão justa; do outro, o Governo de São Paulo mais

uma vez manobrando para colocar o tribunal debaixo do braço e tratá-lo com rédeas curtas. A Assembleia Legislativa ficará novamente na situação iminente de ter que aprovar mais custas, mais taxas e mais emolumentos para viabilizar a situação estruturalmente complicada em que vive o Tribunal de Justiça.

Quero concluir dizendo que não estamos enfrentando o problema do ponto de vista estrutural. Estamos arrumando um penduricalho - as custas - para tentar fazer frente ao Projeto nº 6 e ao Projeto nº 56.

Os servidores devem ter lido o substitutivo. Vejamos o que ele diz. De acordo com o Art. 4º, inciso III, “do montante da taxa judiciária arrecadada, 10% serão destinados aos custeios das diligências dos oficiais de Justiça,” - é justo - “vinte e cinco por cento ao Fundo Especial de Despesa do Tribunal de Justiça e cinco por cento ao Fundo Especial de Despesa do Ministério Público” .

- Assume a Presidência o Sr. Carlão Pignatari.

Portanto, 40% da majoração das custas não servirão para fazer frente aos projetos nºs 6, 56 e 49 e às demandas do Poder Judiciário. Quarenta por cento já estão carimbados; vamos fazer a discussão em cima de 60 por cento. Nesse caso, fica uma profissão de fé. Há aqueles que acreditam que de fato existe uma intenção do Governo de São Paulo e do Tribunal de Justiça de resolver esta questão e há aqueles que são céticos. Como não estamos enfrentando os problemas estruturais, reservo-me o direito de ficar entre os céticos, entre aqueles que não acreditam que esses 60% irão para a resolução dos problemas dos servidores a que se referem os projetos nºs 6, 56 e 49.

Portanto, fazemos objeção a essas custas. Fica aqui o posicionamento da bancada do PSOL, contrário a esse projeto. (Palmas.)

O SR. TEONILIO BARBA - PT - Sr. Presidente, peça a palavra para encaminhar a votação pela vice-liderança do PT.

O SR. PRESIDENTE - CARLÃO PIGNATARI - PSDB - Para encaminhar a votação pela vice-liderança do PT, tem a palavra o nobre deputado Teonílio Barba.

O SR. TEONILIO BARBA - PT - SEM REVISÃO DO ORADOR - Sr. Presidente, Sras. Deputadas, Srs. Deputados, servidores que nos acompanham das galerias, tomei posse 15 de março, estou no meu primeiro mandato e confesso que quando disputamos uma eleição achamos que chegando aqui iremos fazer mudanças.

Venho do movimento sindical, do setor privado, onde discutimos trabalho, geração de emprego e renda. Mesmo no setor privado o Partido dos Trabalhadores discute um Estado forte, um Estado onde o funcionalismo público seja valorizado, um Estado onde os servidores de qualquer área de serviço, seja do estado, seja da União, tenham o seu plano de carreira. Mas tenho me indignado com este debate que vimos fazendo desde 16 de março. Desde 16 de março os companheiros psicólogos, assistentes sociais, oficiais de Justiça, o pessoal do PLC 06, do PLC 56, do 49 têm nos acompanhado e ouvido a promessa, toda semana, de tentar fazer o debate de pelo menos um dos projetos: ora o 06, ora o 56, ora o 49 e aí vem o líder do Governo - e de maneira correta - defender só a pauta do Governo no Colégio de Líderes e nós, deputados, tentando colocar nossa pauta na Ordem do Dia, com a sinalização de que as coisas podem caminhar.

O presidente, antes de sua viagem ao Oriente Médio, comprometeu-se conosco de que no retorno de sua viagem pautaria para debate os PLCs 06 e 56, inclusive se comprometendo com a Bete, uma das lideranças dos servidores que nos acompanha. Muito bem.

No congresso de comissões que foi realizado votamos contra este projeto porque é aquela história: temos de tirar o couro do boi para fazer as tiras. O couro do boi é para cobrir exatamente o Projeto 112 que é aumentar as taxas de cobrança pelo Judiciário em cem por cento. Pior ainda, com a argumentação de que há empresários maus pagadores, que usam de todo instrumento protelatório, de embargos para que o processo chegue no STF. Só que isso deputado, Barros Munhoz, não está escrito no projeto, nem no substitutivo. Então o que vale para o empresário vale para o cidadão comum. Ai tem a argumentação do presidente, aliás, justa, diga-se de passagem, de que esse serviço para as pessoas mais pobres é oferecido pela Defensoria Pública.

Eu moro na periferia de São Bernardo e não conheço um cidadão da região, que tem mais ou menos 60 mil pessoas, que tenha sido atendido pela Defensoria Pública, até porque ele é bastante desinformado, ele não sabe que o serviço existe. O serviço existe e o Estado não dá conta de fornecer Defensoria Pública para todo cidadão.

Existem alguns serviços públicos fornecidos, por exemplo, lá no meu sindicato, porque, independente do cidadão ser sócio ou não, se ele é metalúrgico, se ele ganha até três salários mínimos, o sindicato tem que fornecer a ele toda assessoria jurídica gratuitamente.

Existem da sociedade civil organizada algumas instâncias que cumprem o papel da Defensoria Pública como parte do papel do Poder Judiciário.

Vejam bem o mecanismo, que é democrático, que foi utilizado aqui pelo presidente. Acho que não ficou bom para o presidente. Quero que ele ouça, com todo respeito que tenho pelo presidente Fernando Copez, porque usou do mecanismo do Eduardo Cunha em Brasília, e isso não foi muito bom. Poderia ter encerrado o debate aqui, hoje, mas teve que suspender a sessão por 10 minutos, na tentativa de buscar mais quatro votos para ter o quórum. O líder da sustentação do Governo ficou ligando para trazer deputados para dar quórum.

Estamos desafiando a base de sustentação do Governo. Vou pedir licença aqui à oposição, à bancada da liderança da minoria, à minha bancada do PT para dizer que toparemos votar este projeto desde que seja hoje ainda e se, logo em seguida, tivermos mais uma sessão extraordinária para discutir os PLCs 06, 56 e 49.

Não está previsto o déficit do orçamento do Poder Judiciário do ano passado, que foi algo em torno de 800 milhões de reais. Essas taxas fariam cobertura da perda de receita do Poder Judiciário.

Mais uma vez, estamos ouvindo aquilo que ouvimos - alguns de vocês também já ouviram - na década de 70, 80 de que, primeiro, temos que fazer crescer o bolo para depois dividir. Fazer crescer o bolo foi sempre uma história deste País. Primeiro, crescer o bolo da elite para depois, se puder, dividir com os trabalhadores e com as trabalhadoras.

Com todo respeito que tenho pelo Poder Judiciário, quero dizer que temos, na nossa categoria, processos que rolam há 10, 12, 15, 20 anos e não há quem resolve isso porque são milhões, citado aqui pelo deputado Camarinha, deputado Barros Munhoz e pelo deputado Campos Machado.

Deputado Campos Machado, estamos desafiando os senhores e estou aqui falando em nome da bancada do PT e da Minoria. Quando vamos colocar na pauta o Projeto 06 e o Projeto 56 para votarmos juntos e aprová-los? Vossa Excelência tem toda maestria na sua fala, domina a tribuna corretamente e é da base de sustentação e eu o respeito por isso. Mas os senhores têm que dizer que podem votar aqui, hoje, o Projeto 112, mas que não haverá recurso para os Projetos 06, 56 e 49.

Estou fazendo este debate porque esta é a mesma situação que o nobre deputado Barros Munhoz apresentou, dizendo

aqui, quando discutimos o projeto dos mediadores: “Este projeto é muito maior” .

O Projeto 06 está em torno de 45 milhões de reais, o outro muito mais que isso. Então, no momento, aprovamos aquele que era importante, porque acredito nesse mecanismo de conciliação, nesse instrumento de mediação.

Não gosto de instrumento de arbitragem - e o nome já é ruim -, mas, acredito no instrumento de conciliação. Defendi isso a vida inteira: solução de conflitos e os mecanismos para isso. Votamos numa outra semana a extinção do Sutaco, e a bancada do PT contra; outra semana votamos a extinção da CPtur, um orçamento de 39 milhões e meio de reais para quatro anos.

Ora vem projeto do Governo para extinguir, para dissolver, e vai mudando os nomes, ou repassa as contas para as prefeituras. E vem o projeto que eu entendo como importante, mas não dá para debatê-lo sem que antes debata os Projetos 06, 56 e 49.

Por isso, peça mais uma vez aos Srs. Deputados para que rejeitemos esse projeto e o Governo do Estado de São Paulo busque uma alternativa. Sabemos que o Governo não é dono de meios de produção. O que faz um Estado arrecadar é fazer investimento, serviços, comércio, indústria, e é nisso que temos de apostar. Sem essa parte do setor privado financiando para que os Estados e municípios arrecadem, o Estado acaba perdendo e não funciona. É preciso que o Governo do Estado tenha uma política de desenvolvimento.

- Assume a Presidência o Sr. Fernando Copez.

O SR. PRESIDENTE - FERNANDO CAPEZ - PSDB - Em votação o PL 112, de 2013, substitutivo apresentado pelo Congresso de Comissões. As Sras. Deputadas e os Srs. Deputados que estiverem de acordo permaneçam como se encontram. (Pausa.) Aprovado o substitutivo.

O SR. GERALDO CRUZ - PT - Sr. Presidente, regimentalmente solicito uma verificação de votação.

O SR. PRESIDENTE - FERNANDO CAPEZ - PSDB - O pedido de V. Exa. é regimental. Esta Presidência vai proceder à verificação de votação pelo sistema eletrônico. Os Srs. Deputados e as Sras. Deputadas que forem favoráveis deverão registrar o seu voto como “sim”, os que forem contrários deverão registrar o seu voto como “não”.

- É feita a verificação de votação pelo sistema eletrônico.

O SR. JORGE CARUSO - PMDB - Sr. Presidente, gostaria de declarar a obstrução da bancada do PMDB.

O SR. PRESIDENTE - FERNANDO CAPEZ - PSDB - Registrada a declaração de obstrução da bancada do PMDB.

O SR. ANDRÉ DO PRADO - PR - Sr. Presidente, gostaria de declarar a obstrução da bancada do PR.

O SR. PRESIDENTE - FERNANDO CAPEZ - PSDB - Registrada a declaração de obstrução da bancada do PR.

O SR. GERALDO CRUZ - PT - Sr. Presidente, gostaria de declarar a obstrução da bancada do PT.

O SR. PRESIDENTE - FERNANDO CAPEZ - PSDB - Registrada a declaração de obstrução da bancada do PT.

O SR. RAUL MARCELO - PSOL - Sr. Presidente, gostaria de declarar a obstrução da bancada do PSOL.

O SR. PRESIDENTE - FERNANDO CAPEZ - PSDB - Registrada a declaração de obstrução da bancada do PSOL.

O SR. MARCOS NEVES - PV - Sr. Presidente, gostaria de registrar obstrução da bancada do PV.

O SR. PRESIDENTE - FERNANDO CAPEZ - PSDB - Registrada a obstrução da bancada do PV.

A SRA. LECI BRANDÃO - PCDoB - Sr. Presidente, gostaria de registrar obstrução da bancada do PCDoB.

O SR. PRESIDENTE - FERNANDO CAPEZ - PSDB - Registrada a obstrução da bancada do PCdoB.

O SR. ESTEVAM GALVÃO - DEM - Sr. Presidente, gostaria de registrar obstrução da bancada do DEM.

O SR. PRESIDENTE - FERNANDO CAPEZ - PSDB - Registrada a obstrução da bancada do DEM.

O SR. MÁRCIO CAMARGO - PSC - Sr. Presidente, gostaria de registrar obstrução da bancada do PSC.

O SR. PRESIDENTE - FERNANDO CAPEZ - PSDB - Registrada a obstrução da bancada do PSC.

O SR. DELEGADO OLIM - PP - Sr. Presidente, gostaria de registrar obstrução da bancada do PP.

O SR. PRESIDENTE - FERNANDO CAPEZ - PSDB - Registrada a obstrução da bancada do PP.

O SR. GERALDO CRUZ - PT - Antes de V. Exa. anunciar o resultado, quero deixar consignado que a bancada do Partido dos Trabalhadores fará a declaração de voto por escrito.

O SR. PRESIDENTE - FERNANDO CAPEZ - PSDB - É regimental. Sempre são muito substanciosas as declarações de voto do Partido dos Trabalhadores.

O SR. PRESIDENTE - FERNANDO CAPEZ - PSDB - Sras. Deputadas, Srs. Deputados, participaram do processo de votação 64 Srs. Deputados: 51 votaram “sim”, 12 votaram “não”, e este deputado na Presidência, quórum que aprova o substitutivo do Congresso das Comissões, Projeto de lei nº 112 de 2013, ficando prejudicado o projeto e aberto o caminho para discussões ulteriores que até o final deste semestre nos encaregaremos de dar seqüência.

Está encerrada a sessão.

- Levanta-se a sessão às 22 horas e 55 minutos.

10 DE JUNHO DE 2015 56ª SESSÃO ORDINÁRIA

Presidentes: ANALICE FERNANDES, RAMALHO DA CONSTRUÇÃO, JOOJI HATO, ED THOMAS e MARIA LÚCIA AMARY
Secretário: RAMALHO DA CONSTRUÇÃO

RESUMO

PEQUENO EXPEDIENTE

1 - ANALICE FERNANDES Assume a Presidência e abre a sessão. Convoca reunião extraordinária da Comissão de Constituição, Justiça e Redação para hoje, um minuto após o término da reunião ordinária da mesma Comissão.
2 - RAMALHO DA CONSTRUÇÃO Discorre sobre acidentes de trabalho na construção civil do Brasil. Considera alto o índice deste tipo de ocorrência.
3 - RAMALHO DA CONSTRUÇÃO Assume a Presidência.
4 - ANALICE FERNANDES Cita dados a respeito de violência psicológica e de física, sofridas no exercício da profissão, pelos trabalhadores da enfermagem. Pede à Secretaria de Estado de Saúde que tome providências a respeito deste problema.
5 - CORONEL TELHADA Discorre sobre a questão da saúde dos cães da Polícia Militar. Pede ao governador Alckmin que libere a posse de novos médicos veterinários para a Corporação. Solicita ainda ao Executivo que realize novo concurso para oficiais médicos da PM.
6 - ANALICE FERNANDES Assume a Presidência.

7 - JOOJI HATO

Assume a Presidência.

8 - CARLOS GIANNAZI

Afirma que o governo estadual não cumpre acordo a respeito de melhorias da Educação Pública do estado. Pede aumento de verbas para o setor. Considera que a Educação não é prioridade para o Governo Geraldo Alckmin.

9 - ED THOMAS

Discorre sobre dificuldades pelas quais as Apaes passam no exercício do seu atendimento. Fez apelo aos secretários estaduais da Saúde e da Educação para que deem atenção à questão, cumprindo o repasse em dia dos convênios com estas instituições.

10 - ED THOMAS

Assume a Presidência.

11 - JOOJI HATO

Comenta a questão da violência urbana no Brasil. Presta apoio à proposta de redução da maioridade penal que tramita no Congresso Nacional.

12 - JOOJI HATO

Assume a Presidência.

13 - WELSON GASPARIINI

Discorre a respeito da situação financeira da Santa Casa de São Paulo. Reitera a importância dessa instituição para a Saúde pública. Afirma que a tabela de remuneração dos procedimentos feitos pelo SUS está bastante defasada.

14 - ROGÉRIO NOGUEIRA

Cita a entrega de unidades de habitação popular em Indaiatuba. Afirma que o conjunto foi construído através dos programas “Minha Casa Minha Vida”, do governo federal, e “Casa Paulista”, do governo estadual.

GRANDE EXPEDIENTE

15 - MARCIA LIA

Tece considerações acerca de cortes previstos para o orçamento do estado de São Paulo. Cita áreas que serão atingidas com a redução de recursos, como a construção de escolas técnicas e a modernização do sistema metroviário. Combate a redução de 2 bilhões de reais na área da Saúde. Diz que serão destinados 135 milhões a menos para as entidades filantrópicas. Explica que as Santas Casas receberão 90% a menos, em relação ao repasse atual.

16 - ABELARDO CAMARINHA

Lê e comenta matéria publicada na “Folha de S.Paulo”, com crítica de Paul Singer ao PT. Justifica que Singer, um dos fundadores da legenda, considerou violento e desnecessário o ajuste fiscal implantado pelo governo federal. Faz coro ao discurso da deputada Marcia Lia sobre os cortes no orçamento estadual. Atribui a redução dos investimentos do estado ao ajuste fiscal do governo federal. Crítica o novo modelo de financiamento da casa própria, pela Caixa Econômica Federal. Opina que São Paulo está sofrendo as consequências da crise macroeconômica. Tece críticas ao ex-ministro da Fazenda Guido Mantega. Fala de sua proposta para instalar uma CPI para apurar possíveis irregularidades na Federação Paulista de Futebol. Crítica os deputados que retiraram a assinatura da requisição.

17 - ABELARDO CAMARINHA

Solicita a suspensão dos trabalhos até as 16 horas e 30 minutos, com acordo de lideranças.

18 - PRESIDENTE JOOJI HATO

Defere o pedido e suspende a sessão às 15h51min.

19 - PRESIDENTE MARIA LÚCIA AMARY

Assume a Presidência e reabre a sessão às 16h38min. Convoca sessão extraordinária, a realizar-se hoje, com início às 19 horas.

20 - JOOJI HATO

Requer o levantamento da sessão, com anuência das lideranças.

21 - PRESIDENTE MARIA LÚCIA AMARY

Defere o pedido. Convoca os Srs. Deputados para a sessão ordinária de 11/06, à hora regimental, com Ordem do Dia. Lembra a realização da sessão extraordinária, hoje, às 19 horas. Levanta a sessão.

- Assume a Presidência e abre a sessão a Sra. Analice Fernandes.

A SRA. PRESIDENTE - ANALICE FERNANDES - PSDB - Havendo número legal, declaro aberta a sessão. Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

Com base nos termos da XIV Consolidação do Regimento Interno, e com a aquiescência dos líderes de bancadas presentes em plenário, está dispensada a leitura da Ata.

Convido o Sr. Deputado Ramalho da Construção para, como 1º Secretário “ad hoc”, proceder à leitura da matéria do Expediente.

O SR. 1º SECRETÁRIO - RAMALHO DA CONSTRUÇÃO - PSDB - Procedê à leitura da matéria do Expediente, publicada separadamente da sessão.

- Passa-se ao

PEQUENO EXPEDIENTE

A SRA. PRESIDENTE - ANALICE FERNANDES - PSDB - Esta Presidência convoca os Srs. Deputados, nos termos do Art. 18, III, “d” do Regimento Interno, para uma reunião extraordinária da Comissão de Constituição, Justiça e Redação, a realizar-se hoje, um minuto após o término da reunião extraordinária da CCJR convocada para hoje, com a finalidade de ser apreciada a seguinte matéria, em regime de urgência: redação final do Projeto de lei 112/13, de autoria do Tribunal de Justiça.

Tem a palavra o primeiro orador inscrito, nobre deputado Ramalho da Construção.

O SR. RAMALHO DA CONSTRUÇÃO - PSDB - Sr. Presidente, Srs. Deputados, cidadãos que nos acompanham pela TV Alesp, funcionárias e funcionários desta Casa.

Mais uma vez, venho a esta tribuna para falar não só da preocupação que estamos tendo por conta da falta de empregos, mas também por problemas da segurança no trabalho.

Hoje de manhã, participei de um seminário da Força Sindical. Lá, fomos informados de que o Brasil gasta, por ano, pouco mais de 80 bilhões de reais por conta de acidentes do trabalho. Se dividirmos isso por 76 mil reais do projeto “Minha Casa, Minha Vida”, quase que dava para zerar o déficit habitacional.

A grande preocupação nossa não é só por conta do acidente e do custo - porque nós sabemos que essas contas são repassadas. Mas o grande prejuízo é sempre com a sociedade.

O nobre deputado Carlos Giannazi é um grande defensor das pessoas mais simples. Eu tenho uma admiração profunda por esse seu gesto.

Quero dizer que ouvir uma viúva que perdeu o marido e ficou ao deus-dará, sem eira e nem beira, com os filhos com problemas psicológicos é chocante. Com os problemas simples que as pessoas têm, com a falta de emprego ou a falta de dinheiro daqueles que possuem emprego, elas já entram em depressão. Imaginem o tamanho da depressão em que uma família entra quando ela perde o chefe da família, ou o companheiro da família, porque muitas vezes também é o filho ou o irmão.

Esses trabalhadores não perderam a vida assaltando, mas sim trabalhando, ganhando o pão de cada dia. É um quadro